

ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)**www.adunioeste.org.br**REUNIÃO NA SETI NO PRÓXIMO DIA 8 IRÁ DISCUTIR TIDE E META-4**

Na próxima terça-feira (8 agosto) representantes da Adunioeste e dos demais sindicatos de docentes e técnicos, integrantes do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, irão reunir com o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, prof. João Carlos Gomes, para tratar, dentre outros assuntos, do Tide Docente e do Meta 4. **Os sindicatos vão reafirmar o posicionamento contrário implantação do Meta 4, instrumento do governo estadual para atacar a autonomia das universidades e retirar direitos dos docentes e técnicos. Quanto ao Tide Docente, os sindicatos defendem que o governo estadual encaminhe o mais rápido possível o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa.** A aprovação de tal projeto poderá afastar interpretações equivocadas dos dispositivos legais que possam descaracterizar o Tide docente como regime de trabalho, a exemplo do que tem feito o Tribunal de Contas do Paraná que passou a considerar, equivocadamente, o Tide como gratificação de caráter temporário.

INFORME SOBRE O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O TIDE DOCENTE

Conforme já divulgado em outros informativos do sindicato, **a partir de junho do ano passado o Tribunal de Contas (Acórdão nº 2.847/2016) passou a considerar, equivocadamente, que o Tide docente seria uma gratificação de caráter transitório.** Por conta dessa interpretação equivocada, o Tribunal de Contas entende que o Tide deve ser incorporado proporcionalmente aos proventos da aposentadoria. Tal entendimento foi adotado pela ParanáPrevidência e tem dificultado o processo de aposentadoria dos docentes que a solicitaram após a publicação do Acórdão do TCE/PR. Se tal entendimento for ampliado aos docentes da ativa poderá haver prejuízos em relação aos seus vencimentos.

Imediatamente após a publicação do Acórdão do TCE/PR, **os sindicatos docentes passaram a agir jurídica e politicamente. No campo jurídico solicitaram, por meio de suas assessorias, a revisão do Acórdão nº 2.847/2016 de modo a restabelecer a compreensão do Tide como regime de trabalho, conforme previsto na lei estadual nº 11.713/1997 que criou a carreira dos docentes das universidades estaduais do Paraná. Politicamente, os sindicatos passaram a tratar de tal assunto junto à Seti.** A Apiesp (entidade representativa dos reitores) tem se somado aos sindicatos na busca de uma solução ao problema criado pelo do Tribunal de Contas.

No último dia 31 de maio, como resultado das tratativas com o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, prof. João Carlos Gomes, a Seti encaminhou à Casa Civil minuta de projeto de lei com o objetivo de afastar qualquer interpretação dos dispositivos legais que possam descaracterizar o Tide docente como regime de trabalho. Entretanto, tal projeto de lei continua “engavetado” e não foi ainda encaminhado pelo governo à Assembleia Legislativa. **Na verdade, o governo está tentando chantagear o movimento docente para que deixem de se opor à implantação do Meta 4 em troca da tramitação do projeto de lei do Tide Docente. Não aceitaremos essa chantagem.**

No último dia 27 de julho, o Tribunal de Contas apreciou o pedido de revisão do Acórdão nº 2.847/2016 apresentado pelos sindicatos docentes e pela Apiesp. Como já era esperado, o Tribunal de Contas resolveu manter o Acórdão e continua, equivocadamente, considerando o Tide como gratificação de caráter transitório. De acordo com o conselheiro relator “tal decisão atinge apenas os processos de aposentadoria dos docentes, suspensos até o momento, e não terá reflexo na forma de cálculo do pagamento dos professores da ativa.”

A Diretoria da Adunioeste continuará agindo para reverter esse entendimento equivocado do Tribunal de Contas que se soma aos ataques de setores majoritários do governo estadual à carreira docente. No próximo dia 8 de agosto (terça-feira) representantes da Adunioeste participarão de reunião com a Assessoria Jurídica em Curitiba para discutir as próximas medidas no âmbito judicial para defender o Tide como regime de trabalho. Além disso, no mesmo dia, na reunião na Seti solicitarão que o governo estadual envie o mais rápido possível o projeto de lei do Tide Docente à Assembleia Legislativa. Os sindicatos docentes solicitarão audiência com o Líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Romanelli, para buscar a construção de uma saída para o impasse. Em breve informaremos o resultado das reuniões que serão realizadas em Curitiba no próximo dia 8 de agosto.